

Licenciamento Ambiental e as Micro e Pequenas Empresas



Secretaria
do Meio Ambiente



Realização

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Paulo Skaf – *presidente*

DMA – Departamento de Meio Ambiente
Nelson Pereira dos Reis – *diretor titular*
Arthur Cezar Whitaker de Carvalho – *diretor adjunto*
Nilton Fornasari Filho – *gerente*

DEMPI – Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria
Milton Antonio Bogus – *diretor titular*
Marco Antonio dos Reis – *diretor adjunto*
Marcelo Lemos - *gerente*

Governo do Estado de São Paulo
José Serra - Governador
Secretaria do Meio Ambiente
Francisco Graziano Neto - Secretário

Cetesb – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
Fernando Rei – *presidente*

Diretoria de Controle
Otávio Okano – *diretor de Controle*
Tomio Teraoka – *gerente da Agência Ambiental do Ipiranga*

Coordenação Geral

Eliana de Melo Braga – Agência Ambiental do Ipiranga/CETESB
Silvia Regina Burzaca - Agência Ambiental do Ipiranga/CETESB
José Roberto Damaceno Matos – Fiesp/Dempi
Maria Cristina Murgel – Fiesp/DMA
Marco Antonio Santucci de Almeida – Fiesp/DMA

Colaboradores

Cláudio de Oliveira Mendonça – Agência do Ipiranga/CETESB, **Eliana Correa Pontedeiro** – Agência do Ipiranga/CETESB, **Marta dos Santos Tagliaverga** – Agência do Ipiranga/CETESB, **Kassya Maria Oliveira Murta** – Agência do Ipiranga/CETESB, **Célia Regina Palis Poeta** – Balcão Único de Licenciamento Ambiental Integrado/SMA
Luiz Carlos Rodrigues – gerente da Agência Ambiental de Santo Amaro

Sumário

Objetivo	7
1. O que é o Licenciamento Ambiental?.....	8
2. O que é a Licença Ambiental?.....	8
3. Por que devo licenciar minha atividade?.....	8
4. Minha atividade precisa de Licença Ambiental?.....	9
5. As empresas em operação que não possuem Licença Ambiental precisam se regularizar?	9
6. Em caso de ampliações, modificações e/ou implantação de novos equipamentos é preciso obter nova Licença Ambiental?	10
7. Quais os tipos de Licença?	10
7.1 – O que é a Licença Prévia – LP?.....	10
7.2 – O que é a Licença de Instalação – LI?	10
7.3 – O que é a Licença de Operação – LO?.....	11
8. Como obter as Licenças?.....	11
9. Quais os documentos necessários para solicitação das Licenças?	11
10. Quais tipos de custos terei no processo de Licenciamento?	12
11. Quanto tempo demora o processo de Licenciamento?	12
12. Minha empresa localiza-se em Área de Proteção aos Mananciais, como devo proceder para obter o licenciamento?	13
13. A Licença Ambiental tem prazo de validade?	13
14. Como serão entregues as licenças emitidas pela CETESB?	13
15. A Licença Ambiental expedida com certificação digital tem valor legal?	14
16. No que devo prestar atenção ao ler minha Licença Ambiental?	14
17. Quais os principais aspectos ambientais a serem observados e controlados pela atividade?	18
18. Como o órgão ambiental passa a fiscalizar a minha empresa?.....	18
19. Quando fazer a renovação da Licença de Operação – LO?	19
20. Como fazer a renovação da Licença de Operação – LO?	19
21. A Licença pode ser cancelada?.....	19
Considerações finais	20
Referencias	21
Anexo I – Agências Ambientais da CETESB.....	23
Anexo II – Normas regulamentadoras para Resíduos Sólidos.....	28

OBJETIVO

Promover, por meio da prática da educação ambiental a reflexão da classe empresarial quanto a sua responsabilidade na prevenção e controle da poluição ambiental, enquanto membro de uma comunidade, de forma a efetivar a integração da produção industrial com o meio ambiente rumo a uma economia durável e sustentável.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 – O QUE É O LICENCIAMENTO AMBIENTAL?

É o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O licenciamento ambiental no Estado de São Paulo passou a ser obrigatório às atividades industriais após a criação do Regulamento da Lei Estadual nº 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

Enquanto instrumento preventivo, o licenciamento é essencial para garantir a qualidade ambiental, que abrange a saúde pública, o desenvolvimento econômico e a preservação da biodiversidade.

A obtenção das licenças ambientais, aliada ao cumprimento das exigências técnicas, constitui a base para a conformidade ambiental, estando a empresa apta ao mercado competitivo.

2 – O QUE É A LICENÇA AMBIENTAL?

É o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

A licença ambiental é uma ferramenta fundamental, pois permite ao empresário tomar conhecimento das possíveis fontes de poluição e de riscos existentes na sua atividade e de que forma estas podem ser controladas. O controle da poluição contemplado nas licenças concedidas pela CETESB foca aspectos relativos ao ar, solo, águas, ruído e vibração.

A licença permite o funcionamento da atividade de forma compatível com os padrões de qualidade ambiental, garantindo o desenvolvimento sustentável.

3 – POR QUE DEVO LICENCIAR MINHA ATIVIDADE?

• Obrigatoriedade legal

No Estado de São Paulo, desde 8 de Setembro de 1976, é obrigatório o

licenciamento ambiental das atividades industriais. Assim, as empresas instaladas a partir desta data e que funcionam sem a licença estão sujeitas às sanções previstas em lei, tais como: advertências, multas, paralisação temporária ou definitiva da atividade. Incluem-se também as punições relacionadas à Lei de Crimes Ambientais.

- Base estrutural do relacionamento com a sociedade

A licença constitui uma forma de contrato entre a empresa e o poder público estadual. Por meio dela a empresa conhece seus direitos e obrigações, tornando-se referência para o relacionamento com o órgão ambiental e a sociedade. Desta forma, o atendimento aos termos exigidos na licença torna-se o principal respaldo da empresa para o equacionamento de eventuais conflitos, como reclamações da comunidade, fiscalização dos órgãos competentes, denúncias de concorrentes e outros.

- Melhora da imagem pública e acesso a novos mercados

Estando em conformidade legal, as empresas aumentam sua competitividade e credibilidade junto ao mercado.

Cada vez mais a licença é requisito para obtenção de financiamentos, aprovação da empresa como fornecedora na cadeia produtiva e principalmente na certificação de produtos tanto para o mercado interno quanto para o externo.

4 – MINHA ATIVIDADE PRECISA DE LICENÇA AMBIENTAL?

As atividades relacionadas no artigo 57 do Decreto Estadual 47.397/02 precisam da Licença Ambiental. No caso das indústrias, as atividades são apresentadas no Anexo 5 deste Decreto.

Consultar site da Cetesb

<http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/decretos/decretos.asp>

5 – AS EMPRESAS EM OPERAÇÃO QUE NÃO POSSUEM LICENÇA AMBIENTAL PRECISAM SE REGULARIZAR?

As empresas que, de acordo com o item 4, são passíveis de licenciamento ambiental precisam regularizar-se, conforme previsto no Decreto Estadual 8.468/76 e suas alterações, inclusive aquelas instaladas anteriormente a 8 de setembro de 1976, data da publicação do mencionado Decreto

Para efetivar sua regularização, o empresário deverá procurar a Agência Ambiental correspondente ao local da implantação do empreendimento e expor sua situação. Nessa ocasião o mesmo será orientado quanto aos procedimentos para requerer o Licenciamento Ambiental.

6 – EM CASO DE AMPLIAÇÕES, MODIFICAÇÕES E/OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS É PRECISO OBTER NOVA LICENÇA AMBIENTAL?

Antes de qualquer alteração nas instalações ou na forma de funcionamento do empreendimento a CETESB deve ser consultada para a definição quanto à necessidade de um novo licenciamento.

7 – QUAIS OS TIPOS DE LICENÇA?

A licença ambiental é concedida em etapas. Dependendo da atividade, o empreendedor obtém primeiramente a Licença Prévia, em separado da Licença de Instalação. Para a maioria das atividades, as Licenças Prévia e de Instalação são concedidas em conjunto, e posteriormente é obtida a Licença de Operação.

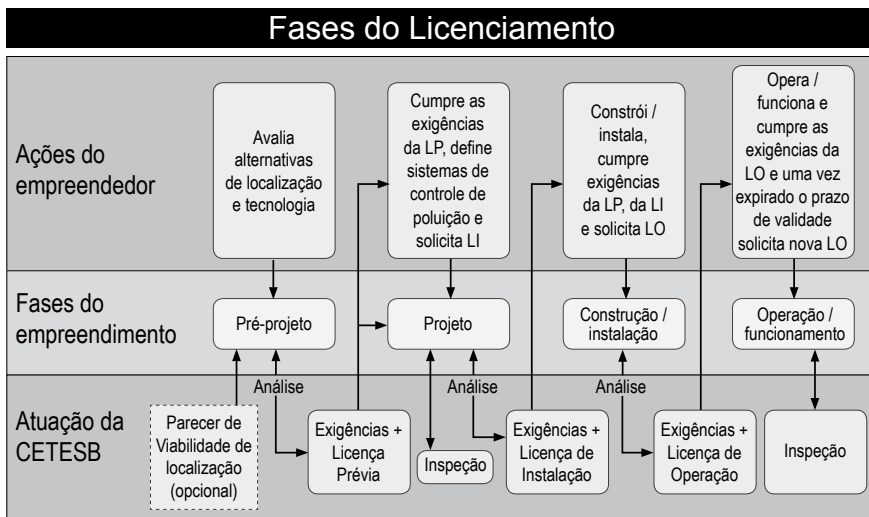


Figura 01: fases do licenciamento ambiental no Estado de São Paulo

7.1 – O que é a Licença Prévia – LP?

É a licença concedida na fase do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e exigências técnicas a serem atendidas nas próximas fases.

7.2 – O que é a Licença de Instalação – LI?

É a licença que autoriza a instalação do empreendimento ou de uma determinada atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais exigências técnicas necessárias.

7.3 – O que é a Licença de Operação – LO?

É a licença que autoriza o funcionamento da atividade mediante o cumprimento integral das exigências técnicas contidas na licença de instalação.

Poderá ser emitida Licença de Operação a Título Precário, cujo prazo de validade não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, nos casos em que o funcionamento ou operação da fonte, for necessário para testar a eficiência dos sistemas de controle de poluição ambiental.

8 – COMO OBTER AS LICENÇAS?

Primeiramente é preciso verificar se a empresa pode se licenciar pelo SILIS - Sistema de Licenciamento Simplificado.

O Sistema de Licenciamento Simplificado - SILIS é um sistema informatizado com certificação digital, onde os empreendimentos de baixo potencial poluidor podem, via Internet (www.cetesb.sp.gov.br/silis) realizar o seu licenciamento ambiental por meio de um procedimento simplificado, no qual os documentos Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação são concedidos com a emissão de apenas um documento. Além disso, O SILIS também pode ser utilizado para a renovação da Licença de Operação

Caso se enquadre no SILIS, a solicitação de licenciamento deve ser feita no site da CETESB (www.cetesb.sp.gov.br/silis).

Caso não se enquadre no SILIS, a solicitação deve ser feita na Agência Ambiental da CETESB responsável pelo atendimento da região onde a empresa será (ou está) instalada, para retirada dos formulários e orientação quanto ao preenchimento dos documentos. Estes formulários também estão disponíveis no site da CETESB.

Consultar Anexo I da publicação

9 – QUAIS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DAS LICENÇAS?

Para solicitação da Licença Prévia:

- Procuração;
- Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE;
- Certidão de uso e ocupação do solo;
- Planta de localização do imóvel.

MCE é um formulário disponível nas agências ambientais ou no site da Cetesb (<http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/cetesb/downloads.asp>)

Para solicitação da Licença de Instalação:

- Procuração;
- Memorial de Caracterização do Empreendimento com fluxograma e croqui de localização do empreendimento e anexo - Lei Estadual 1.817/78;
- Plantas baixas do empreendimento;
- Disposição física dos equipamentos - layout;
- Certidão de uso do solo;
- Certidão do órgão responsável pelo serviço de distribuição de água e coleta de esgoto no Município ou a conta de água de esgoto do imóvel;
- Contrato de razão social e cópia do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

10 – QUAIS TIPOS DE CUSTOS TEREI NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO?

Os custos envolvidos nas diversas etapas do licenciamento são de responsabilidade da empresa.

O preço para a análise das solicitações das licenças junto à CETESB, varia de acordo com a área integral da fonte de poluição, do objeto do licenciamento e do fator de complexidade da atividade (fator w), relacionado no Anexo 5 do Decreto Estadual 47.397/02.

Em função da localização do empreendimento, poderá ser necessária a análise de outros órgãos do Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental, como o Departamento de Uso do Solo Metropolitano – DUSM e/ou Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN, com os conseqüentes custos relativos a estes trabalhos.

11 – QUANTO TEMPO DEMORA O PROCESSO DE LICENCIAMENTO?

O prazo para a manifestação da CETESB, quanto as Licenças Prévia e de Instalação está estabelecido na Lei Estadual nº 997/76 regulamentada pelo Decreto 8468/76 e suas alterações, que determina 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do pedido e processo devidamente instruído.

A Licença de Operação é concedida somente após atendimento integral das exigências técnicas constantes nas Licenças Prévia e de Instalação.

Para os casos de licenciamento realizado por meio do SILIS - Sistema de Licenciamento Simplificado, a manifestação da CETESB ocorre em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de entrega da documentação completa, inclusive publicações, e comprovação do recolhimento do preço de análise.

12 – MINHA EMPRESA LOCALIZA-SE EM ÁREA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS, COMO DEVO PROCEDER PARA OBTER O LICENCIAMENTO?

Neste caso, o licenciamento envolve a CETESB e o DUSM - Departamento do Uso de Solo Metropolitano, que de acordo com suas atribuições legais, emite o Parecer de Viabilidade e Licença Metropolitana.

Para instalações de empreendimentos que envolvam supressão de vegetação, corte de árvores ou intervenções em área de preservação permanente, como área de mananciais, várzeas e beira de rios, é necessário ouvir o DEPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais.

O empreendedor deve dirigir-se ao Balcão Único de Licenciamento Ambiental Integrado ou ao Poupatempo, unidade localizada no Município de São Bernardo do Campo (empreendimentos instalados na região do Grande ABCD) para confirmar o zoneamento e proceder o licenciamento.

13 – A LICENÇA AMBIENTAL TEM PRAZO DE VALIDADE?

Os empreendimentos licenciados terão um prazo máximo de 2 anos, contados a partir da data da emissão da Licença Prévia, para solicitar a Licença de Instalação, e o prazo máximo de 3 anos para iniciar a implantação de suas instalações, sob pena de caducidade das licenças concedidas.

A Licença de Operação terá prazo de validade de 5 anos, a ser estabelecido de acordo com o fator de complexidade (fator w) da atividade, assim definido:

- 2 anos: w 4; 4,5, e 5
- 3 anos: w 3 e 3,5
- 4 anos: w 2 e 2,5
- 5 anos: w 1 e 1,5

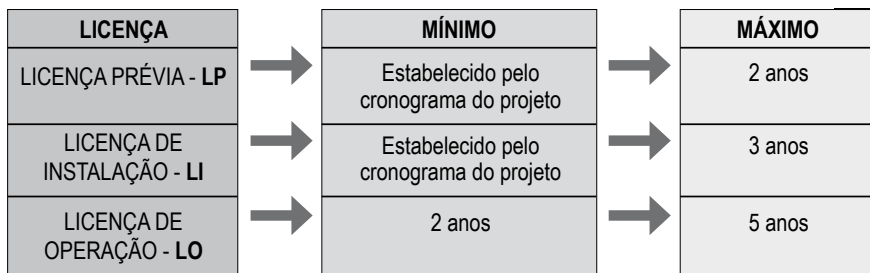


Figura 02: Prazos mínimos e máximos das Licenças Ambientais.

14 – COMO SERÃO ENTREGUES AS LICENÇAS EMITIDAS PELA CETESB?

As licenças emitidas pela CETESB são obtidas diretamente pelo interessado, por meio eletrônico, portanto não são retiradas nas Agências Ambientais.

No site da CETESB (www.cetesb.sp.gov.br/licenca) o usuário pode obter uma cópia do arquivo da licença (por meio de download) assinada digitalmente e imprimi-la quando necessário.

IMPORTANTE: para a visualização do arquivo baixado é necessário que o usuário instale o programa DSD. Leitor que está disponível para download na página da CETESB, no mesmo local onde é verificada a autenticidade do documento.

15 – A LICENÇA AMBIENTAL EXPEDIDA COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL TEM VALOR LEGAL?

Quando a CETESB emite uma licença é gerado um arquivo eletrônico. O gerente da CETESB assina digitalmente este arquivo eletrônico. As assinaturas digitais da CETESB são certificadas pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP), que é a Autoridade Certificadora oficial do Estado de São Paulo.

Esse documento com a assinatura digital é legalmente válido no Brasil, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

16 – NO QUE DEVO PRESTAR ATENÇÃO AO LER MINHA LICENÇA AMBIENTAL?

Ao lado, estão destacados os principais campos a serem observados pelo empresário em sua Licença Ambiental:

Para a Licença Prévia:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

--

LICENÇA PRÉVIA

N°	
Data	

Número da LP

em Edifício Existente

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome				
Logradouro				
Cadastro na CETESB				
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal				
Descrição	Código			
Bacia Hidrográfica	UGRH			
Corpo Receptor	Classe			
Área (metro quadrado)				
Terreno	Contorno	Atividade no Ar livre	Novos Equipamentos	Lavra (ha)
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		
Início	Término	Administração	Produção	

Horário de funcionamento da atividade

A CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações, concede a presente licença, nas condições e termos nesta constantes;
A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;
As Exigências Técnicas e/ou observações, partes integrantes desta licença, estão relacionadas em folha anexa;
A firma não poderá iniciar a operação deste empreendimento, sem que a respectiva Licença de Operação seja concedida pela CETESB, sob pena de aplicação de penalidades previstas na legislação;
A presente licença está sujeita a caducidade, nos termos do Artigo 70 do regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações.

Regulamentos legais que amparam a obrigatoriedade da LP

USO DA CETESB		EMITENTE
ID N°	Tipos de exigências técnicas	Local: Esta licença de número _____ foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assíncrono, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

Tipos de exigências técnicas

Assinatura digital (eletrônica) – autenticidade da licença

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS
OBSERVAÇÕES

exigências Técnicas a serem atendidas para obtenção da LO

Para a Licença de Instalação:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Nº

Data

em Edifício Existente

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome

Logradouro Cadastro no CETESB

Número Complemento Bairro CEP Município

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição	Código
-----------	--------

Bacia Hidrográfica UGRIB

Corpo Receptor Classe

Área (metro quadrado)

Terreno	Cobertura	Atividade ao Ar Livre	Níveis Equipamentos	Linha (bat)
---------	-----------	-----------------------	---------------------	-------------

Horário de Funcionamento (h)

Início	Término	Número de Funcionários	Licença Prévia
		Administração Produção	Data Número

A CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações, concede a presente licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

As Exigências Técnicas, relação de equipamentos, capacidade produtiva e outras observações, partes integrantes desta licença, estão relacionados em folha anexa;

Deverá ser requerida Licença de Operação, antes da data prevista para o início das operações, a qual não será concedida caso não tenham sido atendidas as Exigências Técnicas integrantes desta Licença;

A firma não poderá iniciar a operação deste empreendimento, sem que a respectiva Licença de Operação seja concedida pela CETESB, sob pena de aplicação de penalidades previstas na legislação;

A presente licença está sujeita a caducidade, nos termos do Artigo 70 do regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações.

USO DA CETESB	EMITENTE
SD Nº	Local
Tipos de exigências técnicas	Esta licença de número _____ foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licencia

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

OBSERVAÇÕES

Número da LI

Horário de funcionamento da atividade

Número e data de emissão da LP

Regulamentos legais que amparam a obrigatoriedade da LI

Tipos de exigências técnicas

Assinatura digital (eletrônica) – autenticidade da licença

Exigências Técnicas a serem atendidas para obtenção da LO

Para a Licença de Operação:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB – COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

--

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ:

Nº
Data

Número da LO
Validade da LO

em Edifício Existente

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome: _____

Logradouro: _____ Cadastrar na CETESB

Número: _____ Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição: _____ Código: _____

Rua Hidrográfica: _____ UGRH: _____

Corpo Receptor: _____ Classe: _____

Área (metro quadrado)

Terreno	Conteúdo	Atividade no Ar Livre	Novos Equipamentos	Lista (ha)

Histórico de Funcionamento (h)

Número de Funcionários		Licença de Instalação	
Administração	Produção	Data	Número
Início	Término		

Horário de funcionamento da atividade
Número e data de emissão da LI

A CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações, concede a presente licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 de Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-las em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

Regulamentos legais que amparam a obrigatoriedade da LO

USO DA CETESB

EMITENTE

ND Nº

Local: _____

Esta licença de número _____ foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licencia

Assinatura digital (eletrônica) – autenticidade da licença

OBSERVAÇÕES:

17 – QUAIS OS PRINCIPAIS ASPECTOS AMBIENTAIS A SEREM OBSERVADOS E CONTROLADOS PELA ATIVIDADE?

Aspecto Ambiental	Principais exigências da Cetesb	Forma de controle
Odor	Proibição de emissão de substâncias odoríferas para a atmosfera.	Instalação de Equipamento de Controle de Poluentes (ECP).
Ruído	Emissão de ruído de modo a atender os padrões estabelecidos na NBR 10.151 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.	Tratamento acústico.
Vibrações	As vibrações geradas deverão ser controladas de modo a evitar incômodo ao bem-estar público.	Amortecimento da fonte de propagação.
Resíduos	Acondicionamento e armazenamento adequados, conforme normas da ABNT* e disposição em locais aprovados pela CETESB.	Armazenamento e destinação** em locais aprovados pela CETESB.
Efluentes	Atender os padrões estabelecidos pela Legislação Ambiental vigente (Decreto Estadual 8.468/76 – artigos 18 e 19-A, e Resolução Conama 357/05)	Tratamento de Efluentes, antes do descarte.
Fumaça / material particulado	Instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia prática disponível.	Equipamentos de Controle de Poluentes ou mudança de combustível (utilização de energia limpa).

* Consultar Anexo II da publicação.

** A CETESB utiliza o Cadri – Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais como instrumento que aprova o encaminhamento de resíduos sólidos industriais a locais de reprocessamento, armazenamento, tratamento e/ou disposição final. Sua cobrança está estabelecida no Decreto Estadual 47.397/02, alterado pelo Decreto Estadual 53.205, de 3 de julho de 2008.

18 – COMO O ÓRGÃO AMBIENTAL PASSA A FISCALIZAR A MINHA EMPRESA?

A fiscalização das empresas inicia-se de forma Preventiva ou Corretiva.

- Preventiva: ocorre a partir da solicitação do licenciamento.
- Corretiva: por meio de reclamações e/ou denúncias da população, quando é incomodada por emissões de poluentes. As reclamações podem ser dirigidas à Agência Ambiental, à Ouvidoria da Cetesb - considerada outro canal de comunicação com a população, ao Ministério Público, ao DECAP – Departamento de Polícia Judiciária da Capital, e outros. Essa fiscalização atinge tanto as empresas licenciadas quanto aquelas que operam irregularmente (sem licença).

Na constatação do poluente reclamado e/ou o funcionamento ilegal da atividade, a empresa fica sujeita às penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.

19 – QUANDO FAZER A RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO?

A renovação da licença deve ser requerida de acordo com as situações abaixo:

- Licença de Operação emitida até 04/12/2002: a renovação da licença deve ser requerida ao órgão ambiental após a convocação da empresa por meio de carta da CETESB, conforme Decreto Estadual 47.397/02.
- Licença de Operação após 05/12/2002: a renovação deverá ser requerida 120 (cento e vinte) dias antes da expiração do prazo de validade constante na Licença, conforme Decreto Estadual 47.400/02.

Obs.: as empresas anteriores a 2002 e que obtiveram licença de ampliação após o Decreto Estadual 47.397/02 poderão unificar suas licenças quando convocadas para a renovação da Licença de Operação.

20 – COMO FAZER A RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO?

Na renovação da LO via convocação (carta da CETESB) as instruções estarão contidas na correspondência. Quando a empresa tiver LO constando validade, o processo é igual ao de obtenção da Licença: primeiro é preciso verificar se a empresa se enquadra no SILIS.

Caso se enquadre, a solicitação de licenciamento deve ser feita via site da CETESB (www.cetesb.sp.gov.br/silis).

Caso não se enquadre, a solicitação deve ser feita na Agência Ambiental da CETESB responsável pelo CEP ou Município onde a empresa está instalada, com os seguintes documentos:

Consultar Anexo I da publicação

- Solicitação de (www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/cetesb/S500.doc);
- MCE – em disquete e impressos (www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/cetesb/downloads.asp);
- Apresentar comprovação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

21 – A LICENÇA PODE SER CANCELADA?

A licença poderá ser cancelada, cassada ou ter seus efeitos suspensos.

A constatação do não atendimento das exigências técnicas e/ou da inconsistência das informações prestadas pelo usuário (empresário), implica automaticamente no cancelamento da licença.

A gravidade da situação poderá levar à cassação da licença ou suspensão de seus efeitos de forma temporária ou definitiva.

Em casos de suspensão de efeitos a empresa poderá reaver sua licença, uma vez atendidas as exigências técnicas a critério do órgão ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse manual é importante entendermos:

- Que o processo de Licenciamento Ambiental, apesar de ser constituído de várias etapas e exigências, é uma obrigação legal;
- Que este processo pode ser simplificado quando as empresas trabalham, desde o início, com o órgão ambiental, buscando de forma transparente as soluções para o desenvolvimento de suas atividades respeitando o meio ambiente;
- Que o processo de Licenciamento Ambiental é um instrumento de conciliação entre o desenvolvimento das atividades humanas e o respeito ao meio ambiente.

REFERENCIAS

- Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb. Disponível em: <www.cetesb.sp.gov.br> Acesso em: 22 set. 2006
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Micro e Pequenas Empresas no Estado de São Paulo e a Legislação Ambiental. São Paulo: Fiesp/Pinheiro Neto Advogados, 2004, 96 p.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTAO DO RIO DE JANEIRO. SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Manual de Licenciamento Ambiental – guia de procedimentos passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2004, 23 p.
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. (Lei de Crimes Ambientais).
- Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 – Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, transformo o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
- Lei Estadual nº 1.817, de 27 de outubro de 1978 - Estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas.
- Decreto Estadual 8.468, de 8 de setembro de 1976 - Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
- Decreto Estadual 47.397 de 4 de dezembro de 2002 - Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

- Decreto Estadual 53.205, de 3 de julho de 2008 – Dá nova redação e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, alterado pelo Decreto nº 47.397, de 4 de dezembro de 2002, que dispõem sobre a prevenção e controle da poluição do meio ambiente.
- Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

ANEXO I – AGÊNCIAS AMBIENTAIS DA CETESB

Grande São Paulo:

SETOR DE ATENDIMENTO AVANÇADO – Poupa Tempo

Rua Nicolau Filizola, nº 100 – Jardim das Américas – São Bernardo do Campo

Tel.: (11) 6833.8225

e-mail: clta@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Guarulhos

Rua Ipê, nº 83, Centro - Guarulhos – CEP: 07090-130

Fone:(11) 6440-6688 - Fax:(11) 6440-5980

e-mail: guarulhos@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os municípios: Guarulhos, Arujá e Mairiporã

Agência Ambiental de Mogi das Cruzes

Rua Barão de Jaceguai, nº 1620, Pq. Monte Líbano – Mogi das Cruzes

CEP: 08780-100 – Fone:(11) 4799-1711 – Fax:(11) 4796-6460

e-mail: mogi@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os municípios: Mogi das Cruzes, Suzano, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Biritiba Mirim, Salesópolis e Poá.

Agência Ambiental de Osasco

Rua Itabuna, nº 176 - Jd Agu – Osasco – CEP 06010-120

Fone:(11) 3683-8977 – Fax:(11) 3683-2709

e-mail: osasco@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os municípios de Osasco, Araçariguama, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Vargem Grande Paulista e São Roque.

Agência Ambiental de Pinheiros

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., nº 345 - Alto de Pinheiros – São Paulo

CEP 05459-900 – Fone:(11) 3133-3833 – Fax:(11) 3133-3384

e-mail: pinheiros@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os Ceps 01000, 01100, 01200, 01300, 01400, 04000, 04500, 05000, 05300, 05400, 05500 e 05600.

Atende o município de Taboão da Serra

Agência Ambiental de Santana

Av. Leôncio de Magalhães, nº 1468 - Jd. São Paulo – São Paulo

CEP 02042-001 – Fone:(11) 2959-4320 – Fax:(11) 2959-6716

e-mail: santana@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os Ceps 02000, 02100, 02200, 02300, 02400, 02500, 02600, 02700, 02800, 02900, 05100 e 05200.

Atende os municípios de Caieiras, Francisco Morato e Franco da Rocha.

Agência Ambiental de Santo Amaro

Rua Barão do Triunfo, nº 464 - Brooklin – São Paulo – CEP 04602-001

Fone:(11) 5041-7688 – Fax:(11) 5543-4988

e-mail: santoamaro@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os Ceps 04300, 04400, 04600, 04700, 04800, 04900, 05700

Atende os municípios de Embú, Embú Guaçu, Itapeirica da Serra, Juquitiba e São Lourenço da Serra.

Agência Ambiental de Santo André

Av. Higienópolis, nº 177 - Vila Boa Vista – Santo André – CEP 09190-360

e-mail: santoandre@cetesbnet.sp.gov.br

Fone:(11) 4994-8700 – Fax (11) 4994-8700

Atende os municípios de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Agência Ambiental do Ipiranga

Rua Paula Ney, nº 163 - Aclimação – São Paulo – CEP 04170-020

Fone:(11) 5574-0646 – Fax:(11) 5574-0646

e-mail: ipiranga@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os Ceps: 01500, 03100, 03200, 04100, 04200

Atende o município de Diadema

Agência Ambiental de Tatuapé

Av. Dr. Miguel Vieira Ferreira, nº 313 - Tatuapé – São Paulo

CEP 03071-080 – Fone:(11) 2296-6711 – Fax:(11) 2294-6566

e-mail: tatuape@cetesbnet.sp.gov.br

Atende os Ceps: 03000, 03300, 03400, 03500, 03600, 03700, 03800, 03900, 08000, 08100, 08200, 08300 e 08400.

Interior:

Agência Ambiental de Americana

Rua Gonçalves Dias, nº 77 – Vila Pavan – Americana – CEP 13465-140

Fone:(19) 3406-8875 – Fax:(19) 3406-8875

e-mail: americana@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Aparecida

Av. Padroeira do Brasil, nº 1120 – Aroeira – Aparecida – CEP 12570-000

Fone:(12) 3105-3163 – Fax:(12) 3105-3163

e-mail: aparecida@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Araçatuba

Rua Afonso Pena, nº 972 – Vila Mendonça – Araçatuba – CEP 16015-040
Fone:(18) 3623-6838 – Fax:(18) 3625-1195 – (18) 3625-1195
e-mail: aracatuba@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Araraquara

Av. Castro Alves, nº 1271 – Vila Mendonça – Araraquara – CEP 14800-140
Fone:(16) 3332-2211 – Fax:(16) 3332-2211
e-mail: araraquara@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Atibaia

Av. 9 de Julho, nº 266 – Centro – Atibaia - CEP 12940-580
Fone:(11) 4411-7253 – Fax:(11) 4411-7253
e-mail: atibaia@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Barretos

Rua Bolívia, nº 2255 – Vila América – Barretos – CEP 14783-197
Fone:(17) 3322-2655 – Fax:(17) 3322-2952
e-mail: barretos@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Bauru

Av. Rodrigues Alves, nº 138 Q. 38 – Vila Coralina – CEP 17030-000
Fone:(14) 3203-2058 Fax:(14) 3203-2344
e-mail: bauru@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Campinas

Rua São Carlos, nº 277 – Vila Industrial – Campinas – CEP 13035-420
Fone:(19) 3772-6600/30 – Fax:(19) 3772-6624
e-mail: campinas@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Cubatão

Rua Salgado Filho, nº 353 – Jd. Costa e Silva – Cubatão – CEP 11500-270
Fone:(13) 3361-6663 – Fax:(13) 3361-6743
e-mail: cubatao@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Franca

Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4551 - Pq. Pinhais – Franca – CEP 14405-600
Fone:(16) 3724-5922 – Fax:(16) 3724-5922
e-mail: franca@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Itapetininga

Rua General Carneiro, nº 196 – Centro – Itapetininga – CEP 18200-800
Fone:(15)3272-2888 – Fax:(15) 3272-2891
e-mail: itapetininga@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Jaboticabal

Av. Angelo Morello, nº 60 - Jd Santa Rosa – Jaboticabal – CEP 14875-290
Fone:(16) 3202-9400 – Fax:(16) 3203-9400
e-mail: jaboticabal@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Jacareí

Praça Três Poderes, nº 122 – Jacareí – CEP 13206-714
Fone: (12) 3953.3466 – FAX (12) 3953.3466
e-mail: jacarei@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Jundiaí

Rua João Ferrara, nº 555 – Jd Pitangueiras – Jundiaí – CEP 13206-714
Fone:(11) 4817-1898 - Fax:(11) 4587-3597
e-mail: jundiai@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Limeira

Rua Vitório Bortolan, nº 1450 – Pq. Abílio Pedro – Limeira – CEP 13483-132
Fone:(19) 3451-6203 - Fax:(19) 3451-6203
e-mail: limeira@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Marília

Rua Santa Helena, nº 436 – Jd Alvorada – Marília – CEP 17513-322
Fone:(14) 3422-4666 – Fax:(14) 3422-4446
e-mail: marilia@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Paulínia

Rua Divino Salvador, nº 82 – Nova Paulínia – Paulínia – CEP 13140-000
Fone:(19) 3874-1699 – Fax:(19) 3874-1699
e-mail: paulinia@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Piracicaba

Rua Tiradentes, nº 628 – Centro – Piracicaba – CEP 13400-760
Fone:(19) 3434-2522 – Fax:(19) 3434-2732
e-mail: piracicaba@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Pirassununga

Rua XV de Novembro, nº 2448 – Pirassununga – CEP 13630-145
Fone:(19) 3561-3355 – Fax:(19) 3561-3589
e-mail: pirassununga@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Presidente Prudente

Rua Eufrásio Toledo, nº 38 – Jd. Marupiara – Presidente Prudente
CEP 19060-100 – Fone:(18) 3222-1002 – Fax:(18) 3222-1044
e-mail: prudente@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Registro

Rua São Bento, nº 249 – Jd São Nicolau
Fone:(13) 3822-3855 – Fax:(13) 3822-3855
e-mail: registro@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Ribeirão Preto

Av Presidente Kennedy, nº 1760 – Ribeirânia – Ribeirão Preto
CEP 14096-350 – Fone:(16) 3617-4700 – Fax:(16) 3617-4472
e-mail: ribeirao@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Santos

Rua Delfina Moreira, nº 56 – Embaré – Santos – CEP 11015-145
Fone:(13) 3232-9550 – Fax:(13)3232-9550
e-mail: santos@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de São José do Rio Preto

Av Mário Andreazza s/nº - São Marcos – São José do Rio Preto
CEP 15081-490 – Fone:(17) 3218-4300 – Fax:(17) 3218-4328
e-mail: riopreto@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental de Sorocaba

Av Américo de Carvalho, nº 820 – Jd Europa – Sorocaba – CEP 18045-000
Fone:(15) 3222-2065 – Fax:(15) 3222-2181
e-mail: sorocaba@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Taubaté

Av Itambé, nº 38 – Santa Luzia – Taubaté – CEP 12091-200
Fone:(12) 3634-8222 – Fax:(12) 3634-8234
e-mail: taubate@cetesbnet.sp.gov.br

Agência Ambiental Unificada de Ubatuba

Rua Cunhambebe, nº 521 – Centro – Ubatuba – CEP 11680-000
Fone:(12) 3832-3816 – Fax:(12) 3832-3916
e-mail: ubatuba@cetesbnet.sp.gov.br

ANEXO II – NORMAS REGULAMENTADORAS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS.

ABNT/NBR 7.500/05 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.

ABNT/NBR 10.004/04 - Resíduos sólidos - Classificação.

ABNT/NBR 10.005/04 - Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólidos.

ABNT/NBR 10.006/04 - Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.

ABNT/NBR 10.007/04 - Amostragem de resíduos sólidos.

ABNT/NBR 11.174/90 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III – inertes.

ABNT/NBR 12.235/92 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.

ABNT/NBR 13.221/05 – Transporte terrestre de resíduos - Procedimento.
NR-25 – Resíduos industriais.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
DMA – Departamento de Meio Ambiente
DEMPI – Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria
Av. Paulista, 1313 – 5º Andar
01311-923 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3549-4499
Fax: (11) 3549-4570
E-Mail: atendimento@fiesp.org.br

www.fiesp.com.br

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
Diretoria de Controle da Poluição
Av: Frederico Herman Júnior, 345
05459-900 – Alto de Pinheiros
Fone: (11) 3133-3000 Pabx

Balcão Único – Tel: (11) 3133-3737 e fax: (11) 3133-3838

www.cetesb.sp.gov.br